

José Leopoldo Ferreira Antunes

MEDICINA, LEIS E MORAL

**Pensamento médico e comportamento
no Brasil (1870-1930)**



Editora
UNESP

Do fim do século XIX ao início do XX, assistiu-se intensa mobilização do meio médico em torno de questões relativas ao comportamento. O presente estudo procurou reconstituir o esforço que os médicos brasileiros dedicaram à proposição de medidas visando uma profilaxia da moral, bem como a consolidação das idéias que as fundamentaram.

Foram coligidas as principais fontes de veiculação do pensamento médico no período: a imprensa especializada, livros e teses de graduação, anais de congressos e reuniões das associações profissionais. Através destas fontes, reconstituiu-se a polêmica travada sobre cada um dos temas incorporados à reflexão. Os sucessos e os insucessos destas proposições foram sendo contabilizados ao longo do tempo, configurando um interessante panorama do pensamento médico brasileiro, em sua interface de intervenção na sociedade.

Seja por falta de unidade na reivindicação, seja pela falta de poder alocado na categoria médica, constatou-se que a maioria das propostas acabou não sendo implementada. Mas, se as mudanças propugnadas não se integraram em um plano efetivo de mudança social, se os médicos não se deixaram orientar por um programa de ação logicamente ordenado, se não estiveram de acordo entre si quanto a cada uma das medidas aventadas, como então falar em "medicalização da sociedade"?

MEDICINA, LEIS E MORAL:

**PENSAMENTO MÉDICO
E COMPORTAMENTO
NO BRASIL (1870-1930)**

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assessor Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Álvaro Oscar Campana

Antonio Celso Wagner Zanin

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Aluysio Reis de Andrade

Marco Aurélio Nogueira

Maria Sueli Parreira de Arruda

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editor Executivo

Tulio Y. Kawata

Editoras Assistentes

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Maria Dolores Prades

MEDICINA, LEIS E MORAL

**PENSAMENTO MÉDICO
E COMPORTAMENTO
NO BRASIL (1870-1930)**

JOSÉ LEOPOLDO FERREIRA ANTUNES

U Editora
UNESP
FUNDAÇÃO

FAPESP

Copyright © 1998 by Editora UNESP
Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Av. Rio Branco, 1210
01206-904-São Paulo-SP
Tel.: (011)223-7088
Fax: (011) 223-7088(r.227)/223-9560
Home page: www.editora.unesp.br
E-mail: feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Antunes, José Leopoldo Ferreira

Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no
Brasil (1870-1930) / José Leopoldo Ferreira Antunes. - São Paulo:
Fundação Editora da UNESP, 1999. - (Prismas)

Bibliografia.

ISBN 85-7139-230-7

1. Escritos médicos 2. Ética médica - Brasil 3. Medicina - Brasil -
História 4. Medicina legal - Brasil 5. Medicina social - Brasil I. Título.
II. Série.

99-0365

CDD-610.981

NLM-W 50

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Pensamento médico e vida social:
Aspectos morais: Medicina: História 610.981

Editora afiliada:



Para Ana Luísa

SUMÁRIO

Introdução	9
1 O pensamento médico entre a história, a sociologia e a medicina legal	17
2 Questões médico-legais do Brasil	35
3 Crime	67
4 Sexo	161
5 Morte	233
6 Humanização da medicina e medicalização da sociedade	271
Referências bibliográficas	279

INTRODUÇÃO

Um primeiro impulso para a realização do presente trabalho foi a leitura de *Médicos e assassinos na Belle Époque*, o interessantíssimo livro de Pierre Darmon (1991), no qual são passadas em revista as teorias médicas sobre as características anatômicas e fisiológicas virtualmente associadas à inclinação criminosa. A criteriosa pesquisa do conhecimento médico e o instigante tratamento analítico repercutiram por muito tempo em minha mente, incitando-me a dirigir uma consideração similar ao pensamento médico brasileiro.

No entanto, algo neste livro causava-me certa inquietação lógica, uma sensação de desconforto epistemológico, pois o autor resolvera secundar o título "apaixonado" com um subtítulo "burocrático": "a medicalização do crime". Mas nada no texto autorizava semelhante conceito. Nenhuma página abordava modificações efetivas no evento "crime" ou na "criminalidade" em geral. Ao contrário, todo o volume estava dedicado à reconstituição daquilo que se pensou sobre o assunto em meio médico. Tratava-se de uma engenharia das construções mentais, a história do saber médico sobre o crime, e não uma caracterização do fenômeno da criminalidade ou dos fatos associados à conduta criminosa.

Parecia-me impróprio o recurso a um conceito que deveria implicar o estudo do crime como "fato.social", sua transformação em algum sentido que, com propriedade, se pudesse designar "médico". Parecia-me indevida a aplicação do termo de modo restrito, não ao crime em si, mas ao enfoque de um tipo de reflexão que o tomava por objeto.

Avançando o estudo sobre o pensamento médico brasileiro, pude constatar a ampla difusão do emblema da "medicalização": seu emprego quase generalizado para se aplicar à relação da medicina com diversos outros temas da vida social. Desse modo, falava-se, com certa facilidade, em "medicalização" da morte, "medicalização" da moral, "medicalização" da atividade sexual, "medicalização" da sociedade. Também para referir preferencialmente o pensamento médico e não os assuntos específicos em questão. Quase sempre no registro de uma arquitetura de idéias; quase nunca na caracterização específica dos objetos nomeados.

Ainda mais: pude perceber que, em não raras ocasiões, o termo era empregado de modo pejorativo, expressando uma condição de negatividade bastante acentuada, no que se refere às implicações sociais do pensamento abordado. Assim, todas as vezes em que se recorria ao conceito da "medicalização", os mesmos ingredientes eram correlacionados. Primeiro, valorizava-se o pensamento médico como objeto de estudo, ao mesmo tempo em que se relegava a um segundo plano os objetos aos quais este pensamento se aplicava. E, segundo, ao se avançar na consideração analítica sobre o saber médico, promovia-se uma crítica tão aguda ao sentido e às conseqüências da intervenção médica sobre estes objetos, que se poderia dar ensejo à figura do monstro que, no conhecido romance de Robert Louis Stevenson (1971), acompanha a do médico.

Mas por que esta predileção pelo termo "medicalização"? Por que o seu uso (pelo menos aparentemente) indevido? Por que recorrer ao neologismo que, a rigor, inexistente na língua portuguesa? Que universo singular seria recortado pelo conceito? Por que acioná-lo para exprimir a expansão da medicina em direção a alguns temas? O que diferenciaria os assuntos sobre os quais se pôde estudar a "medicalização"? Por que não se diz "medicalização" da função renal, da circulação sangüínea, da estrutura óssea e outros te-

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

